

LEITURA DAS OCUPAÇÕES ESCOLARES A PARTIR DE VÁRIOS OLHARES

Daniel Scheren da Cruz*

Resumo

Neste trabalho busca-se compreender, a partir de várias produções acadêmicas/científicas, o fenômeno das ocupações escolares secundaristas no Brasil entre 2015 e 2016. Através destas diversas leituras, seria realizada um levantamento das categorias que são mobilizadas para explicar e/ou conceituar as ocupações. Tal trabalho foi desenvolvido a partir do processo metodológico referenciado pela Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi. Como resultado, podemos perceber a repetição de conceitos que demonstram a criação de uma cultura política que tem uma identidade específica. Geralmente relatada como uma experiência de viés libertário.

Palavras-Chave: Ocupações escolares. Análise textual discursiva. Identidade política libertária.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação de diversas escolas, organizada por estudantes secundaristas, foi uma ruptura no que tange métodos de mobilização social. Tal fenômeno merece ser compreendido para podermos repensar as práticas das lutas sociais. É neste sentido que este trabalho se propõe em compreender este fenômeno, tentando elencar algumas leituras realizadas sobre as ocupações escolares. A partir destas leituras, procura-se categorizar tais publicações referentes ao movimento das ocupações secundaristas.

A pesquisa foi realizada a partir de produções científicas produzidas sobre o tema. Logo, foram pesquisados alguns artigos e livros escritos com a intenção de relatar e/ou compreender o fenômeno. Como a ocupação é um acontecimento

* Licenciado no curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó/SC. Estudante de pós-graduação no curso de especialização em Concepções Multidisciplinares de Leitura pelo Instituto Federal de Santa Catarina, campus Xanxerê/SC. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS.

recente, ocorrida entre os anos de 2015 e de 2016, obviamente as publicações científicas são igualmente recentes.

Sendo uma temática atual no espectro político brasileiro, pretende-se entender melhor a experiência ocorrida. Isto porque, este movimento das ocupações inaugurou em certa medida este novo repertório de mobilização no inventário de táticas reivindicatórias dos secundaristas. Desta maneira, considera-se crucial o entendimento deste relevante movimento para podermos pontuar algumas possibilidades de atuações futuras no campo político.

Portanto, ressalta-se a importância do tema referente às ocupações escolares tendo em vista o seguinte questionamento que o delimita: Quais as características principais, relatadas em textos acadêmicos, das ocupações escolares secundaristas no Brasil entre 2015 e 2016? Este problema não nos remete a uma hipótese específica. Entretanto, acredita-se que será obtido um conjunto heterogêneo de interpretações sobre a temática.

Logo, este trabalho tem como objetivo diagnosticar quais as categorizações existentes em torno das ocupações escolares. E para que tal objetivo possa ser efetivado, procura-se desmembrar este em partes. Primeiramente, buscou-se relatar/contextualizar os motivos que desencadearam as diversas ocupações distribuídas pelo nosso território nacional, além do contexto latino-americano. Tanto as pautas de âmbito geral, quanto as pautas mais específicas de cada localidade. Em uma próxima etapa, procurou-se relatar as diversas interpretações obtidas a partir de diferentes enfoques sobre o fenômeno estudado. Por último foram observadas possíveis aproximações, ou não, das produções acadêmicas utilizadas neste trabalho. Desta forma, acredita-se que este trabalho possa produzir um apanhado geral das diversas leituras produzidas sobre as recentes ocupações escolares do movimento secundarista brasileiro.

Contudo, como brevemente mencionado acima, vamos fazer uma apresentação das ocupações estudantis secundaristas antes de elencar as produções a respeito. Começando, então, pelo contexto de outras ocupações fora do Brasil. A primeira experiência registrada de uma ocupação escolar secundarista foi no Chile, no ano de 2006.

Segundo Azevedo (2016), ao entrevistar alguns estudantes que participaram das ocupações em São Paulo, o caso brasileiro sofreu forte influência da experiência chilena. No Chile, na concepção do autor, os estudantes secundaristas começaram

a se mobilizar em meados de 2006. A questão central desta revolta, conhecida como a revolução dos pinguins¹, era a reformulação estrutural da educação pública no Chile, embora tenha tido início em torno do passe livre escolar. Os secundaristas realizaram vários debates e manifestações de rua. Contudo, eram duramente oprimidos pelo governo. Para o autor esta repressão foi responsável por uma ruptura criativa na mobilização estudantil chilena, pois para se proteger das repressões os estudantes mudaram de estratégia e começaram a ocupar as escolas por quase todo o país. Este exemplo foi seguido, posteriormente, por estudantes secundaristas na Argentina, no Uruguai e, em seguida, no Brasil. Logo, segundo Azevedo (2016), foram os estudantes da rede pública de São Paulo que trouxeram este repertório de mobilização para as escolas de ensino básico do país. Vejamos como esse repertório chega ao Brasil.

Na Argentina, os estudantes da *Frente de Estudiantes Libertarios* elaboraram uma cartilha onde explicavam o processo a ser seguido para ocupar uma escola. Este material foi elaborado a partir da própria experiência dos estudantes argentinos, além da inspiração do movimento chileno. Em terras brasileiras, mais especificamente em São Paulo, foi o coletivo formado por estudantes secundaristas intitulado *O Mal Educado* que fez a tradução, adaptação para o nosso contexto e a divulgação da cartilha elaborada pelos argentinos. Este manual foi traduzido com o título “Como ocupar um colégio?” (CAMPOS; MEDEIROS & RIBEIRO, 2016). Os autores aqui citados, ao coletarem os relatos dos estudantes, observam a importância da divulgação desta cartilha como um dos fatores que levaram os estudantes a ocuparem suas escolas.

Esta cartilha divulgada pelo *O Mal Educado*, apresentava um plano de ação com estratégias, onde as ocupações seriam uma ferramenta e/ou tática utilizada para atingir um objetivo. Também explicitava a dificuldade de realizar uma ocupação no colégio, utilizando-se da mesma apenas como último recurso de mobilização. Além disto, a cartilha também oferecia dicas de como organizar uma ocupação escolar sem ferir o princípio da democracia direta. Sendo assim, a proposta do manual era de organizar as ocupações a partir de grupos de trabalho e assembleias. Tais grupos de trabalhos poderiam ser divididos em comissão de comida, de segurança, de imprensa, de informação, de limpeza, de relações externas, entre

1 Este nome faz referência aos uniformes que os estudantes chilenos utilizam, fazendo os mesmos se parecerem com pinguins.

outros (CAMPOS; MEDEIROS & RIBEIRO, 2016).

Para além da questão organizacional de uma ocupação, o manual abordava a importância de ofertar-se momentos de recreação e de formação que pudesse integrar a comunidade escolar e demais apoiadores do movimento. Outra questão diz respeito a materialidade que o movimento poderia tomar. Para evidenciar/destacar tal questão, além do caso chileno e argentino, o manual relata a experiência de um grupo de estudantes de uma escola do município de Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul. Segundo a cartilha, este movimento ocorreu com o objetivo de impedir a municipalização da escola. Tal reivindicação foi ouvida e acatada pelo governo daquele estado, registrando um saldo positivo para a primeira utilização deste recurso de mobilização por parte dos secundaristas. Os autores supracitados demonstram que a apresentação desta materialidade animou os estudantes, fazendo-os acreditar que era possível conquistar as suas pautas a partir do recurso da ocupação escolar. Neste contexto, a Escola Estadual de Diadema foi a primeira a ser ocupada, sendo seguida por mais de 200 outras escolas posteriormente (AZEVEDO, 2016; LACERDA, 2016).

O coletivo *O Mal Educado*, em sua página do Facebook², circulava, além da cartilha, um programa com quatro pontos para orientar a luta estudantil em São Paulo. São eles: 1 - coordenar as ações dos estudantes, que versava sobre a organização da luta para evitar dispersões; 2 - não confiar nas entidades estudantis, pois estas poderiam estar aparelhadas aos partidos políticos, assim não representando o real interesse dos estudantes; 3 – ocupar as escolas, como tática de reivindicação; 4 – e só os estudantes podem derrotar o governo, pois seriam a força decisiva neste processo de luta (CAMPOS; MEDEIROS & RIBEIRO, 2016).

O estopim para a manifestação dos estudantes ocorreu a partir do anúncio de reorganização proferido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP. A proposta era organizar as escolas por ciclos, onde algumas ficariam com o ensino fundamental e outras com o ensino médio. Azevedo (2016) mostra que a tal reorganização fecharia 93 escolas, afetando 311 mil estudantes e 74 mil professores.

Os estudantes se colocaram contra a reorganização por alguns motivos, como: o apego emocional pela escola onde sempre estudou; a facilidade de acesso por conta da proximidade entre a escola e a casa do educando; e a superlotação

2 A página do coletivo *O Mal Educado*, no Facebook, tem mais de 77 mil curtidas e seguidores.

das salas de aula que seria ocasionada pela reorganização, prejudicando a qualidade do ensino (CAMPOS; MEDEIROS & RIBEIRO, 2016).

Antes das ocupações os estudantes, com o intuito de barrar esta política neoliberal, organizaram abaixo-assinado, debates, reuniões, aulas públicas e manifestações de ruas. Inclusive, eram nos grandes atos unificados que o coletivo *O Mal Educado* fazia a divulgação da cartilha sobre como fazer uma ocupação. Neste contexto, os estudantes das escolas públicas de São Paulo passaram a entender as ocupações como uma tática importante e eficaz na luta contra a reorganização escolar. Reforçando o que foi apresentado acima, com base nos autores, entende-se a ocupação escolar como um último recurso neste processo reivindicatório.

O sucesso das ocupações escolares de São Paulo, em 2015, serviu de referência para o restante do movimento estudantil secundarista no Brasil. Desencadeando, desta forma, uma série de ocupações em diferentes estados e por motivações diversas. Neste sentido, segundo Lacerda (2016), as ocupações no Rio de Janeiro começaram vinte dias após o início da greve dos professores estaduais. Conforme a autora, além de apoiar a greve dos docentes, os estudantes protestavam contra o autoritarismo da Secretaria de Educação. Aponta também que o contato entre os educandos de escolas mantidas pela iniciativa privada, por intermédio de projetos, e os educandos das demais escolas públicas os fizeram perceber certa desigualdade social, denunciando-a em seus protestos.

Outra ocupação escolar que veio ao encontro de um movimento sindical, foi no estado do Ceará. Para Fonseca (et al., 2017?), os estudantes aproveitaram a greve realizada por seus professores para reivindicar melhoras na qualidade de sua educação. Neste caso, ambos os movimentos perduraram por cerca de cinco meses.

Assim como os estudantes cearenses e cariocas, os gaúchos também estavam em busca de uma melhor educação pública no estado do Rio Grande do Sul, onde a educação estava sendo sucateada (COSTA & SANTOS, 2017). Além de ocuparem as escolas, no período final da ocupação os estudantes se organizaram para ocupar a Secretaria Estadual da Fazenda. Isto ocorreu por conta da traição que alguns estudantes relataram ter sofrido por parte das entidades institucionais que tradicionalmente representam os estudantes. Resumindo, o fato se desenrolou da seguinte forma: um grupo de estudantes fecham um acordo de desocupação com os deputados estaduais na Assembleia Legislativa; o Comitê das Escolas

Independentes não é chamado para a mesa de negociação; o grupo de estudantes pertencentes a este comitê ocupam a Secretaria da Fazenda; No mesmo dia a polícia realiza o processo de desocupação do prédio. O final deste movimento desembocou em uma judicialização da atuação política de algumas pessoas presentes na ocupação da Secretaria da Fazenda. Inclusive de um jornalista independente, o qual estava ali para cobrir o acontecimento (CHAPARINI, 2017; FACHINETTO, CHIAPETTI & CÂMARA, 2017).

Em Goiás as ocupações ocorreram por outra motivação. Neste estado, os estudantes se organizaram contra a iniciativa do governo de transferir cerca de duzentas escolas para as Organizações Sociais. A partir desta iniciativa, o governo transferiria a gestão das escolas públicas para a iniciativa privada que seriam responsáveis por realizar a administração do sistema educacional do estado (NASCIMENTO & KOWATA, 2016). Ainda na região Centro-Oeste, os estudantes do Mato Grosso realizaram as ocupações como um ato reivindicatório contra as parcerias público-privadas (MACEDO; ESPINDOLA & RODRIGUES, 2016).

Ainda em 2016, várias outras escolas foram ocupados em diversos estados. Podemos destacar os estados de Minas Gerais e Paraná. Em ambos, as ocupações ocorreram na segunda metade de 2016. Estas ocupações tiveram em comum as suas pautas reivindicatórias. Estas pautas, de abrangência nacional, consistiam na luta contra: o congelamento dos gastos públicos; a reforma do ensino médio; e o projeto da escola sem partido (GROPPO et al., 2017; FLACH & SCHLESENER, 2017).

Até aqui apresentou-se o tema a partir de uma contextualização do movimento na América do Sul e, mais especificamente, no Brasil. No caso brasileiro, foi resgatado vários exemplos de ocupações. Também foi resgatado as diversas motivações que levaram as ocupações a acontecerem. Portanto, no decorrer do texto será abordado como as ocupações foram registradas por textos acadêmicos, e em seguida como que estas interpretações sobre o movimento podem ser categorizadas.

2 APRESENTANDO AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES SOBRE AS OCUPAÇÕES

Neste momento serão abordados alguns textos científicos sobre as

ocupações estudantis secundaristas no Brasil, todas ocorridas entre os anos de 2015 e 2016. O levantamento bibliográfico, como recurso metodológico, foi efetuado com o intuito de obter leituras referentes a este fenômeno. Esta metodologia “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Buscam-se, através desta pesquisa, elementos para contextualizar o leitor sobre os movimentos das ocupações das escolas. Ou seja, tenta-se diagnosticar o fenômeno a partir de diversas óticas, reforçando o carácter bibliográfico desta pesquisa (GIL, 2002). Esta fase de levantamento foi desenvolvida, majoritariamente, em plataformas de indexação de textos acadêmicos/científicos. Este tópico será elaborado diagnosticando as categorias de leitura que cada texto acadêmico produziu sobre as ocupações escolares.

Foram selecionados trinta e dois textos em sites de indexação de textos acadêmicos como o Scielo. Dentre eles, artigos publicados em revistas ou apresentados em eventos, trabalhos de conclusão de curso e dissertações, entre outros. Além destes, foram pesquisados dois livros. Um destes livros, inclusive, apresenta nove textos de diversos autores que escreveram sobre as ocupações de Porto Alegre. Entre autoria e coautoria, dos textos sobre as ocupações utilizados neste artigo, temos setenta e um autores, o que permite uma boa amostra da diversidade de leituras e a identificação de padrões e divergências explicativas.

Primeiramente, vejamos o texto de Azevedo. Nele o autor apresenta as narrativas dos estudantes sobre as ocupações chilena e paulista, busca compreender as ocupações a partir da ação direta como prática política, e tenta entender os espaços ocupados como um território de emancipação e resistência. Ambos os objetivos do autor foram perseguidos a partir de um questionário aplicado aos estudantes que participaram do movimento.

Entretanto, a parte que nos interessa aqui está relacionada a sua maneira de ler as ocupações. Neste sentido, percebe-se que Azevedo (2016) concentra a sua atenção na ação direta promovida pelos manifestantes. Para ele, tal prática está fundamentada nas noções de autonomia, de pluralidade e de horizontalidade. A ocupação, desta forma, além de ser um espaço de emancipação e resistência pode ser considerado um espaço de formação política. Criando uma cultura política de identidade libertária.

A professora Andressa Lacerda, em sua produção, relata as ocupações das

escolas públicas do Rio de Janeiro. A autora debate sobre o espaço escolar e sua capacidade de podar a autonomia dos educandos, como a disciplina de geografia e a educação libertária podem contribuir para a emancipação dos estudantes. Busca compreender, também, como as ocupações escolares contribuíram para a constituição de uma identidade política libertária.

Lacerda (2016) realiza tais apontamentos a partir da contextualização da ocupação carioca. Esta mobilização ocorreu em apoio à greve dos professores. A autora demonstra o carácter formativo das ocupações ao relacionar as mesmas com a educação libertária. Apresenta que a prática política das ocupações é importante para a emancipação do jovem, fazendo com que este vivencie uma experiência de autonomia que o espaço escolar tradicional é incapaz de fornecer.

Romancini e Castilho (2017a), possuem como objeto de estudo as ocupações estudantis contra reorganização escolar de 2015 em São Paulo. Neste trabalho os autores fizeram uma análise sistemática de 42 páginas do Facebook, as quais pertenciam as ocupações em diferentes escolas. O intuito dos pesquisadores, era compreender a utilização das redes sociais como uma ferramenta de mobilização para a luta prática.

Os mesmos buscaram relacionar a questão com o conceito de participação política. Onde, ao parafrasearem Cohen e Kahne, entendem a política participativa como um ato onde os indivíduos objetivam exercer influência em questões públicas. No caso, tentando exercer influência na discussão sobre a reorganização escolar. Isto, a partir da materialização do movimento convocado em certa medida pelas redes sociais.

Em outro texto, Romancini e Castilho (2017b) voltam a abordar a utilização das redes sociais como uma ferramenta de mobilização e a noção de participação política. Entretanto, a reflexão realizada foi outra. Buscaram perceber a relação entre os conteúdos ensinados na escola e o conhecimento requerido pelos estudantes na produção de mídia. Os autores consideram que embora os conteúdos escolares são, de alguma maneira, utilizados nas práticas midiáticas, o aprendizado tecnológico ocorre fora do contexto escolar de socialização.

Omar Rico (2016), em sua dissertação, realiza um debate sobre o consumo e o afeto nas narrativas jornalísticas. Observando, em seguida, como isso aparece na prática da mídia independente. Contudo, a parte que nos interessa de seu trabalho é onde ele fala sobre as ocupações escolares paulista de 2015. O autor, utiliza-se do

movimento como uma forma de analisar e/ou exemplificar a sua argumentação.

Logo, é na última parte de sua dissertação que podemos extrair as informações referentes as ocupações. Ali, o autor fala das ocupações a partir de elementos como a imagem do jovem ativista, e o cotidiano das ocupações. Relacionando os estes elementos, o autor demonstra como a imagem pode ser manipulada e acarretar uma imagem positiva ou negativa perante a população. Sendo assim, utilizaremos o trabalho de Rico para perceber a interpretação da mídia sobre a ocupação. Não representando, necessariamente, a visão do autor.

Já o texto produzido pelas pesquisadoras Boutin e Flach (2017), procura refletir sobre as ocupações escolares como um espaço de formação política. Para tal, as autoras debruçaram-se sobre as ocupações de 2015 e 2016 tendo por base uma pesquisa bibliográfica. Com base nas bibliografias, as autoras puderam apontar o viés formativo das ocupações e sua contribuição para a emancipação humana por conta da produção de conhecimentos revolucionários.

Outra autora que trabalha nesta linha é a Carolina Ferreira. Esta, faz uma reflexão teórica sobre o envolvimento dos alunos de pós-graduação com as ocupações secundaristas. Neste propósito, Ferreira (2017a) observa a importância das ocupações como um instrumento de formação política dos estudantes secundaristas.

Na área da Geografia, em trabalho de conclusão de curso, Bitencourt (2017) analisa o momento posterior a ocupação. A pesquisadora realiza tal processo a partir de questionários/entrevistas direcionados aos estudantes que participaram do movimento. A autora acompanhou o caso específico da escola Emilio Massot, na região metropolitana de Porto Alegre. Pode-se perceber, em seu trabalho, as noções de autonomia, de questionamento da estrutura escolar tradicional, e o entendimento da ocupação como um espaço de formação política.

Sofia Ferreira (2017b), analisa a ocupação ocorrida nas escolas do Rio Grande do Sul. Sua preocupação é em compreender as práticas democráticas dos estudantes durante as mobilizações. Desta maneira, busca relacionar os conceitos de democracia radical e plural do autor Chantal Mouffe, e o conceito de emancipação a partir de Ernesto Laclau e Boaventura Santos.

A autora citada no paragrafo anterior, desenvolve um pouco mais a sua análise em sua dissertação. Neste texto, Ferreira (2017c) procura compreender as ocupações escolares a partir da observação de três escolas ocupadas na região

metropolitana de Porto Alegre. Além disto, a pesquisadora selecionou algumas matérias jornalísticas que falavam sobre o movimento, e entrevistou sete estudantes que participaram da ocupação nestas escolas. Também mobilizou as noções de juventudes e culturas juvenis com o intuito de refletir sobre as questões identitárias as quais, segundo a autora, acometem um indivíduo na modernidade tardia.

Ao analisar uma escola, em específico, no estado do Ceará, Fonseca (et al., ano) buscaram compreender o processo de ocupação escolar. Os pesquisadores realizaram tal trabalho a partir das atividades de um projeto de extensão ligado a Universidade Estadual do Ceará. O foco do trabalho estava centrado na utilização das redes sociais como uma ferramenta de mobilização. A partir das redes os estudantes poderiam contrastar as notícias veiculadas nos meios de comunicação convencionais, os quais tentavam deslegitimar as ocupações.

Luã Chagas (2017), tem como recorte de seu trabalho as ocupações paranaenses, mais especificamente, o movimento ocorrido na cidade de Guarapuava. O autor procura analisar a cobertura de um telejornal sobre a mobilização, buscando entender os sentidos criados e transmitidos. O autor realiza sua interpretação a partir da Análise Televisual.

As pesquisadoras Martins, Brandão e Caetano (2017) relataram as suas percepções sobre a ocupação de uma escola estadual em Uberlândia. Escola esta onde as autoras realizavam atividades referentes ao PIBID. Em seus escritos apontam o problema de entendimento entre os estudantes de turnos diferentes, mais especificamente os turnos matutino e noturno. Contudo, afirmam que o desentendimento não era em relação as pautas reivindicatórias. Os estudantes de diferentes turnos entravam em conflito por causa dos horários em que as assembleias eram marcadas. Observando este conflito, as autoras refletiram sobre a diferença no perfil dos estudantes do diurno e noturno. Considerando, desta maneira, que os educandos do diurno tiveram um avanço na questão formativa. Isto pois, participaram mais ativamente do movimento.

A partir das ocupações no Rio de Janeiro, Macedo, Espindola e Rodrigues (2016) puderam fazer uma reflexão a respeito do currículo escolar. Realizam isto a partir de uma análise narrativa dos discursos de estudantes e professores que participaram em um debate sobre as ocupações. Ao que consta, os pesquisadores perceberam uma disparidade entre as práticas curriculares da escola e as práticas utilizadas pelos estudantes durante a ocupação. Neste sentido, o trabalho contribui

para perceber o carácter contestatório do movimento em relação a formatação curricular tradicional da escola.

Moresco (2017), lança um olhar diferente para tentar compreender algumas nuances do processo de ocupação. A pesquisadora utiliza-se do conceito de performatividade política, da autora Judith Butler, para analisar as ocupações da região metropolitana de Curitiba em 2016. Segundo a autora, a corporalidade também pode “falar” politicamente para reivindicar direitos, produzir ações políticas e transformar aqueles que participam do processo.

Em um artigo, Januário et al. (2016?) fazem uma ampla contextualização e relato sobre as ocupações escolares secundaristas de 2015 contra a reorganização. Contudo, apesar do amplo carácter de descrição do fenômeno, podemos extrair alguns pontos que nos interessa em nossa análise. Um deles é a utilização das redes sociais como ferramenta, e a identificação de uma cultura política. Todavia, uma maior ênfase se dá em relação ao conceito de autonomia e a disposição para a luta desses jovens estudantes.

A exemplo de outros textos apresentados anteriormente, Vaz e Hauptmann (2017) procuram analisar as narrativas jornalísticas sobre as ocupações escolares de 2016. Fizeram isto a partir de um estudo crítico das notícias veiculadas nos portais CATVE e CGN. Segundo constataram os autores, os dois portais foram tendenciosos em suas notícias sobre as ocupações. Deste trabalho, também será utilizado a abordagem da mídia sobre o movimento.

As autoras Paim, Cáceres e Brignol (2017) também abordaram esta questão das narrativas jornalísticas. No caso delas, o texto foi desenvolvido como um relato de experiência sobre uma oficina que elas levaram para as ocupações. Esta oficina, intitulada “Representatividade e monopólio midiático”, foi proposta pelas autoras com o intuito de dialogar com os estudantes de escolas ocupadas em Santa Maria/RS sobre como a mídia local, regional e nacional veiculavam informações sobre as ocupações. Esta parte nos ajudará com a parte referente a interpretação da mídia sobre o movimento.

Entretanto, também podemos extrair do trabalho delas o entendimento das ocupações como um espaço formativo. Isto, referindo-se a metodologia da oficina ministrada por elas na ocupação. Onde as pesquisadoras relataram uma considerável troca de saberes entre elas e os estudantes secundaristas.

Aroni (2017), apresenta pontos consonantes em outros artigos já

mencionados até aqui. Ao analisar as ocupações paulistas de 2015 e 2016, o pesquisador aponta as ocupações escolares secundaristas como uma ferramenta de luta política inovadora no repertório das práticas políticas brasileiras. Enfatiza, em seguida, o carácter de resistência, horizontalidade e autonomia das ocupações.

Corti, Corrochano e Silva (2016) também apresentam características que podem ser associadas a uma identidade autonomista. Os pesquisadores, a partir de um levantamento bibliográfico, identificaram as ocupações como modalidade da ação coletiva. Esta pode ser relacionada, através da interpretação do texto, com as noções de horizontalidade, autonomia e ação direta. Com menor ênfase, relata sobre o uso das redes sociais como uma ferramenta de mobilização.

Zaccarelli (2018), em sua dissertação, busca compreender os efeitos de sentido produzidos pelas ocupações escolares de São Paulo de 2015. Para tal, utiliza-se do método rizomático com base em Deleuze e Guattari. Desta maneira, desmembra seu trabalho em três partes analíticas: análise discursiva em Foucault e Derrida; estudo do enfoque da mídia em Chomsky; e análise do material produzido pelos estudantes em Canavacci. O objetivo da autora foi compreender as ocupações através de várias perspectivas.

Sordi e Morais (2016), abordam boa parte das temáticas levantadas até o presente momento neste artigo. Os autores, ao interpretarem as ocupações escolares de 2015 em São Paulo, perceberam a novidade no repertório de mobilização trazido para o Brasil pelos secundaristas. Este novo formato é contestatório em relação as antigas estruturas da política tradicional. Isto pode ser evidenciado, no texto dos autores, por elementos como autonomia, liberdade, novas relações de participação política e contestação a educação formal.

Olhando para o contexto das ocupações de 2015 e 2016, Marafon (2017) aponta algumas pautas levantadas pelos estudantes. Dentre as pautas, a autora destaca luta contra o projeto de lei da escola sem partido. A partir daí começa a relatar a organização da ocupação. As categorias de análise levantadas pela pesquisadora para desenvolver tal estudo, são as de agenciamento e micropolítica de autores como Guattari e Rolnik.

O caso goiano foi relatado por Nascimento e Kowata (2016). As autoras apresentam a organização dos estudantes secundaristas contra o repasse da administração escolar pública para as mãos de Organizações Sociais. Contudo, interessam-nos aqui alguns elementos que aparecem nas considerações realizadas

pelas autoras. São eles o protagonismo dos estudantes na ocupação, a importância da resistência dos mesmos, a ocupação como espaço formativo, e a crítica a estrutura política tradicional.

As pesquisadoras Coutinho e Andrade (2017) lançam um olhar diferenciado sobre o movimento das ocupações escolares. Ao debruçarem-se sobre este fenômeno, utilizam-se do referencial da psicanálise para interpretar o movimento. Segundo elas, as ocupações possibilitaram a criação de novos laços entre as crianças e a escola. Isto pode ser pensado como uma forma de contestação ao modelo tradicional de escola.

Flach e Schlesener (2017), também apresentam um outro entendimento sobre o fenômeno. As autoras procuram compreender as ocupações de escolas paranaenses em meados de 2016, no contexto nacional de luta contra a reforma do ensino médio e contra o ajuste fiscal. Para explicar este cenário de mobilização, as pesquisadoras utilizam-se das noções de ação política e social em Gramsci. Esta interpretação acaba destoando das demais que recaem em uma perspectiva libertária.

A partir da observação e entrevistas realizadas com participantes da ocupação de uma escola carioca, Miriam Leite (2017) busca mobilizar a noção de performatividade de Butler para compreender o fenômeno. A referida ocupação demonstrou-se uma nova ferramenta de mobilização social, além de ser uma prática política contestatória a estrutura política tradicional.

Ao analisar as ocupações escolares de 2015, nas escolas públicas de São Paulo, Paes e Pipano (2017) tentam compreender o movimento através de alguns pontos. Primeiro tentam compreender a mobilização como uma forma de contestar a estrutura escolar e curricular tradicional da educação. Para tal reflexão, os autores utilizam-se da ideia dos encontros no sensível de Jacques Rancière. Outro ponto desenvolvido pelos autores refere-se a capacidade formativa das ocupações, onde utilizam-se do referencial de Zonas Autônomas Temporárias de Hakim Bey. Por último trabalharam com a noção de resistência política.

Costa e Santos (2017), tem como objeto de estudo as ocupações escolares de 2016 em Porto Alegre/RS. Os autores trabalham, mais especificamente, com a utilização das redes sociais no movimento de ocupação. Para tal, analisam as páginas do Facebook referentes as ocupações nas escolas públicas de Porto Alegre. Identificaram questões relacionadas a resistência política, a inteligência coletiva, a

horizontalidade, e o apoio mútuo como características de uma identidade política reforçada nas mobilizações via internet, e que ofereciam sustentação para a luta concreta nas escolas.

A partir de um método cartográfico de análise, Alvim e Rodrigues (2017) buscaram compreender os efeitos produzidos pelas ocupações escolares secundaristas. Neste processo, perceberam o carácter formativo que possui a ocupação. Além disto, e até mesmo reforçando o carácter formativo, os autores chegam aos conceitos de resistência, de autonomia, de horizontalidade e coletividade, tanto no viés político quanto educacional.

Gropo et al. (2017) realizaram uma observação de campo em algumas ocupações em escolas públicas e em uma universidade da região sul de Minas Gerais. Ocupações estas, realizadas em meados de 2016 no contexto nacional de luta contra a proposta de congelamento dos gastos públicos. Os autores buscaram compreender tal fenômeno mobilizando as noções de autogestão, formação política e diálogo intergeracional.

Além dos artigos, dissertações e trabalho de conclusão de curso, temos também a utilização de dois livros como referencial sobre as ocupações. No livro *Escolas de Luta* os autores Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), realizam um detalhado levantamento e relato sobre a ocupação secundarista nas escolas públicas de São Paulo em 2015. Apontam o contexto anterior as ocupações, o processo das ocupações, e a derrota do governo. Em seguida, buscam refletir sobre o possível futuro do movimento estudantil. Contudo, mesmo no relato conseguimos perceber o aparecimento de algumas temáticas referentes a organização da ocupação. Destacam-se pontos como autonomia, autogestão, utilização das redes sociais para mobilização, reflexão sobre a questão de gênero, e o entendimento da escola como espaço de formação.

Já o livro *Escolas Ocupadas*, organizado por Cattani (2017), nos oferece relatos e reflexões sobre o processo de ocupação das escolas públicas da região metropolitana de Porto Alegre em 2016. O livro, a partir de diversos artigos, apresenta o fenômeno sob várias interpretações. Podem-se retirar dele, pontos de reflexão como o carácter formativo da ocupação, a democracia direta, o questionamento sobre a estrutura escolar e curricular tradicional, e o processo de judicialização do movimento.

3 LEITURA ANALÍTICA DAS OCUPAÇÕES: FAZENDO CATEGORIZAÇÕES

A partir do levantamento bibliográfico passamos para a próxima etapa deste trabalho. Vistas as interpretações, e relatos, realizadas sobre as ocupações, passa-se a categorizar as mesmas para que se possa mapear o fenômeno e melhor compreendê-lo. Os textos supracitados na seção anterior, serão interpretados sob a luz da análise textual discursiva. Esta perspectiva metodológica pode ser

descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. (MORAES & GALIAZZI, 2006, p. 118)

Ou seja, para efetuar a aplicação desta metodologia pretende-se realizar dois processos. Primeiramente o processo de unitarização, no qual busca-se separar os elementos do texto em unidades de significado. Ainda nesta etapa, pode-se utilizar de outros textos para melhor identificar as unidades. E, em seguida, a categorização onde busca-se articular os significados semelhantes. Todo este processo está fundamentado, basicamente, no exercício da escrita.

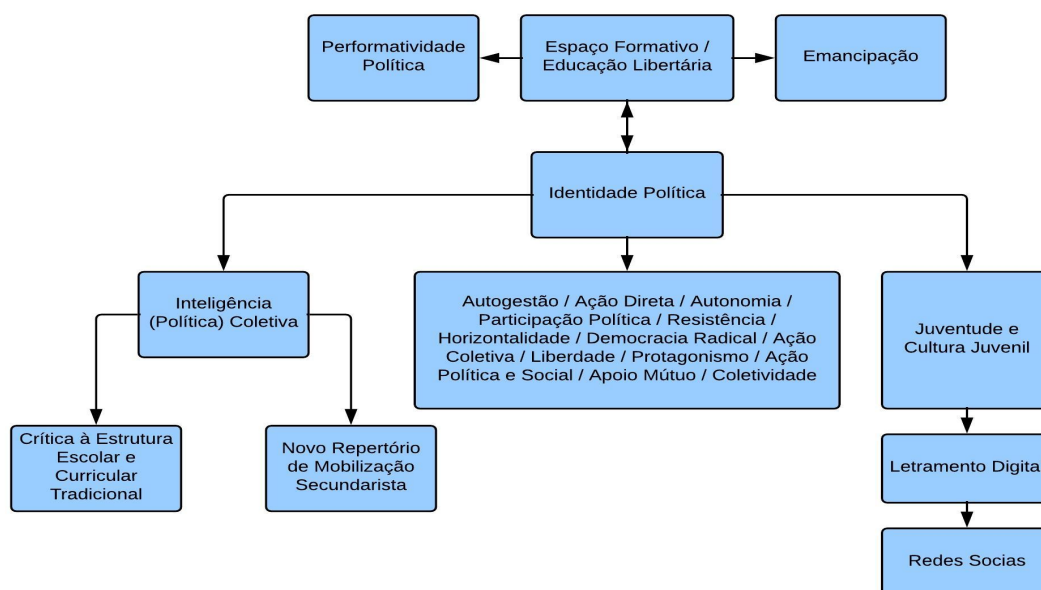
Sendo assim, com base na análise textual discursiva, como citada acima, podemos realizar a categorização dos elementos que estão presentes nos textos selecionados. Desta maneira conseguiremos expor minimamente o fenômeno das ocupações escolares a partir das diversas interpretações que se levantaram, academicamente, sobre elas. Lembrando, também, que algumas categorias podem não ter sido mobilizadas diretamente pelos autores, mas podem aparecer de maneira implícita ou indireta.

Pode-se constatar, na leitura das bibliografias levantadas, em torno de vinte e seis termos mobilizados direta ou indiretamente para relatar/explicar as ocupações

secundaristas. Lista-se aqui estes termos: autogestão; dialogo intergeracional; ação direta; autonomia; espaço formativo; redes sociais; novo repertório de mobilização; educação libertária; participação política; narrativa jornalística; Identidade política; contestação à estrutura escolar e curricular tradicional; democracia radical e plural; emancipação; juventude e cultura juvenil; letramento digital; performatividade política; horizontalidade; resistência; ação coletiva; liberdade; protagonismo; ações políticas e sociais; inteligência política e/ou coletiva; apoio mútuo; e coletividade.

Os termos que foram mobilizados mais vezes, em ordem decrescente, foram: espaço formativo, dez vezes; autonomia, sete vezes; novo repertório de mobilização, sete vezes; redes sociais, seis vezes; contestação à estrutura escolar e curricular tradicional, cinco vezes; e resistência, cinco vezes. Seguindo a lista, ainda em ordem decrescente, temos os termos de: narrativa jornalística, quatro vezes; identidade política, três vezes; horizontalidade, três vezes; e performatividade política, duas vezes. Os demais termos apareceram somente em um dos textos da bibliografia.

A partir dos termos diagnosticados, faremos a correlação entre eles para verificar a possível conexão dos mesmos. Para tal, todas as unidades serão levadas em consideração. Independentemente se foi mobilizado por dez ou, por apenas, um autor. Desta forma, pretende-se criar uma espécie de mapa conceitual com o intuito de categorizar as unidades de significados.



A interpretação mais recorrente sobre as ocupações escolares secundaristas, diz respeito a elas como um espaço formativo/pedagógico. Segundo os autores, a ocupação serviu como um meio para ensinar aos educandos noções de sociabilidade política. Produzindo, e em alguns casos reproduzindo, uma noção de organização política a partir da experiência prática da ocupação (AZEVEDO, 2016; LACERDA, 2016; BOUTIN & FLACH, 2017; BITENCOURT, 2017; MARTINS et al., 2017; PAIM et al. 2017; NASCIMENTO & KOWATA, 2016; PAES & PIPANO, 2017; GROppo et al., 2017; FERREIRA, 2017a).

Pode-se relacionar com esta interpretação, as noções de educação libertária e emancipação. Ambas mobilizadas somente uma vez no levantamento bibliográfico. Mesmo assim, podemos relacionar as três noções. Isto pois, a própria educação libertária acredita na emancipação do sujeito a partir de espaços de formação não convencionais. Ou seja, a partir de uma formação não, necessariamente, de cunho escolar (LACERDA, 2016; FERREIRA, 2017b).

Sendo assim partimos para o conceito de identidade política, central na articulação com os demais conceitos. Este termo foi pouco mobilizado. Contudo, é imprescindível colocarmos ele aqui logo em seguida aos conceitos de espaço formativo, educação libertária e emancipação. Isto torna-se possível porque tal identidade política somente foi criada e/ou reproduzida por conta de uma emancipação possibilitada pela educação libertária no espaço formativo da ocupação estudantil (FERREIRA, 2017a; FERREIRA, 2017c; JANUÁRIO et al., 2016?).

Contudo, falar de identidade política sem apresentar seu carácter é algo muito vago. Neste sentido, podemos trazer vários dos conceitos mobilizados para a análise. Tais termos podem nos ajudar a definir o espectro da identidade política relatada e identificada nos autores que escreveram sobre as ocupações. Pelo menos em sua maioria.

Elencam-se aqui os termos ligados a identidade política produzida, e vivenciada, nas ocupações: autogestão; ação direta; autonomia; participação política; resistência; horizontalidade; democracia radical e plural; ação coletiva; liberdade; protagonismo; ação política e social; apoio mútuo; e coletividade (GROppo et al., 2017; AZEVEDO, 2016; LACERDA, 2016; BITENCOURT, 2017; JANUÁRIO et al., 2016?; ARONI, 2017; SORDI & MORAIS, 2016; ALVIM & RODRIGUES, 2017; ROMANCINI & CASTILHO, 2017a; NASCIMENTO & KOWATA,

2016; PAES & PIPANO, 2017; COSTA & SANTOS, 2017; FERREIRA, 2017b; CORTI et al., 2016; FLACH & SCHLESENER, 2017).

Embora todos estes termos juntos possam vir a formar esta identidade política mais ampla aparente nas bibliografias, alguns apontamentos precisam ser feitos. Primeiramente, ao conceito de ação política e social, o qual Flach e Schlesener (2017) trabalham a partir do pensamento de Gramsci. Sendo assim, acaba fugindo do corte político utilizado pela maioria dos autores para compreender as ocupações.

Outra terminologia que não se enquadra exatamente é a de democracia radical e plural. Aqui Ferreira (2017b), trabalha a partir da noção de Jacques Rancière. Todavia, diferentemente da ideia de ação política e social refletida a partir de Gramsci, esta ideia de democracia a partir de Rancière por vezes é trabalhada por pesquisadores no campo do socialismo libertário.

Ainda assim, precisa ser realizado mais alguns apontamentos. Nos termos restantes, relacionados a identidade política, apresentam-se noções que isoladamente são vagas. São os exemplos de participação política, resistência, horizontalidade, ação coletiva, liberdade, protagonismo e coletividade (ROMANCINI & CASTILHO, 2017a; ARONI, 2017; NASCIMENTO & KOWATA, 2016; PAES & PIPANO, 2017; COSTA & SANTOS, 2017; ALVIM & RODRIGUES, 2017; CORTI et al., 2016; SORDI & MORAIS, 2016). Os termos aqui citados só fazem sentido e se elucidam, ao relacionar estes entre eles e com os outros termos referentes a identidade política. Os quatro termos chaves para definirmos a identidade política, são: autogestão; ação direta; autonomia; e apoio mútuo (GROPPO et al., 2017; AZEVEDO, 2016; LACERDA, 2016; BITENCOURT, 2017; JANUÁRIO et al., 2016?; ARONI, 2017; SORDI & MORAIS, 2016; ALVIM & RODRIGUES, 2017; COSTA & SANTOS, 2017).

A relação entre os termos citados no parágrafo anterior nos apontam para um desenho mais definido da identidade política apresentada nos textos pesquisados. Logicamente, esta relação não é o único fator. Também deve ser levada em consideração a abordagem teórica por detrás dos termos utilizados pelos pesquisadores. Desta maneira, percebe-se a existência de uma identidade política de cunho libertário nas ocupações estudantis.

A identidade política diagnosticada, e delimitada, foi possível por conta de um repertório de ação em específico. Pelo menos em uma espécie de “conduta da ação”. Esta encontra-se alicerçada na ideia de performatividade política, a qual

trabalha a noção da corporalidade dos sujeitos na construção de uma identidade política. Pautando, nas ocupações, questões como a de gênero (MORESCO, 2017; LEITE, 2017).

Esta identidade política de corte político libertário, remete-nos a noção de inteligência política e coletiva. Este termo foi mobilizado, dentre os autores pesquisados, somente pelo Costa e Santos (2017). Mesmo assim, este termo pode ser entendido como um elo entre a identidade política com outros dois grupos de conceitos levantados.

A inteligência política/coletiva pode ser entendida a partir de uma noção de inovação. Neste caso, no entendimento das ocupações escolares como um novo repertório de mobilização estudantil secundarista. Esta ideia é apresentada por sete dos textos elencados no levantamento bibliográfico (AZEVEDO, 2016; LACERDA, 2016; ARONI, 2017; JANUÁRIO et al., 2016?; SORDI & MORAIS, 2016; NASCIMENTO & KOWATA, 2016; LEITE, 2017).

Além disto, a inteligência política/coletiva pode ser interpretada como aquela responsável por desencadear um processo de crítica à estrutura escolar e curricular tradicionalmente imposta. Este termo foi mobilizado por cinco pesquisadores. Além de fazer refletir sobre esta crítica perante a estrutura escolar, este termo nos leva a refletir sobre algo mais caso voltarmos a identidade política. Nas ocupações escolares, as críticas também foram voltadas as velhas estruturas de participação política. Reforçando uma democracia mais direta, e uma identidade política libertária (BITENCOURT, 2017; MACEDO, 2016; SORDI & MORAIS, 2016; COUTINHO & ANDRADE, 2017; PAES & PIPANO, 2017).

Todo este debate sobre as ocupações pode ser permeado pelas noções de dialogo intergeracional, juventude e cultura juvenil. Isto, para buscar compreender a relação entre o fenômeno das ocupações escolares secundaristas e os dilemas geracionais referentes a cultura juvenil (GROPPO et al., 2017; FERREIRA, 2017c).

Esta questão geracional abordado por Ferreira (2017c), e por Groppo (et al., 2017), leva-nos a outras noções. Primeiramente a ideia de letramento digital que discute a facilidade da juventude com a linguagem informatizada, inclusive para seu aprendizado (ROMANCINI & CASTILHO, 2017b). Em segundo, a utilização das redes sociais como uma ferramenta para se mobilizar, se organizar, se informar, criar laços de apoio e resistência, e informar a sua versão dos fatos. A utilização das redes sociais desempenhou um papel importante, sendo evidenciada por seis

pesquisadores (ROMANCINI & CASTILHO, 2017a; FONSECA et al., 2017?; ROMANCINI & CASTILHO, 2017b; JANUÁRIO et al., 2016?; CORTI et al., 2016; COSTA & SANTOS, 2017).

O tópico supracitado nos remete a um último termo diagnosticado no levantamento bibliográfico. A questão referente as narrativas jornalísticas, as quais são mobilizadas por, pelo menos, quatro pesquisadores. Alguns destes trabalhos abordam a importância das redes sociais para contrapor narrativa jornalística da mídia tradicional, além da atuação da mídia independente. Contudo, estes textos enfatizam os discursos da mídia convencional como um contraponto dos relatos e observações realizadas nas ocupações, apontando o trabalho da grande mídia em tentar deslegitimar as ocupações (RICO, 2016; CHAGAS, 2017; VAZ & HAUPTMANN, 2017; PAIM et al., 2017).

A partir da articulação das unidades de significados semelhantes, presentes nos textos pesquisados, podemos verificar que a categorização a ser realizada gira em torno da ideia de identidade política. Este termo, mostrou-se central para mapearmos mentalmente e conceitualmente o fenômeno das ocupações. Entendendo, assim, as categorias a partir de uma leitura política libertária³.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve trabalho, buscou-se compreender o fenômeno das ocupações escolares secundaristas no Brasil de 2015 e 2016. É importante compreendermos este momento de mobilização estudantil, pois ele está indissociavelmente relacionado com os atuais acontecimentos políticos de nosso país. Conjuntura esta que vem desde as jornadas de junho de 2013 até chegar no resultado das eleições de 2018, com um crescimento de uma onda fascista.

Compreende-se também, que as ocupações não são uma novidade propriamente dito. Vários grupos já se utilizavam deste mecanismo de mobilização social. Basta relembrar os vários movimentos de ocupa no início deste século, a própria ocupação estudantil em escolas e universidades do Chile, da Argentina, do Paraguai, até as universidades brasileiras. Contudo, no seio do movimento secundarista brasileiro, esta prática não deixa de ser uma inovação.

³ Apresenta-se aqui como uma denotação do anarquismo, onde há uma repulsa a ideia de autoridade e Estado. No decorrer da discussão deste texto, a política libertária apresentou-se na relação de conceitos como ação direta, autogestão, apoio mútuo, democracia direta, entre outros.

Os secundaristas brasileiros trouxeram para o Brasil, influenciados por secundaristas de outros países sul-americanos como o Chile, uma ruptura com a velha política tradicional. Este novo recurso reivindicatório questiona, inclusive, a maneira de fazer política na esquerda. Isto ficou evidente em algumas das ocupações relatadas nos textos estudados aqui, onde alguns grupos de estudantes repudiaram a presença de partidos políticos e de movimentos tradicionais da juventude estudantil. Lembrando que isto não foi algo unânime, mas sim uma tendência apontada em alguns dos trabalhos desenvolvidos sobre as ocupações brasileiras.

As ocupações nos deixam um exemplo de mobilização social, e política, que objetiva construir um novo sujeito para uma nova sociedade. As novas relações sociais eram experimentadas na prática do cotidiano das escolas ocupadas. Constituindo nos sujeitos ocupantes relações de solidariedade e apoio mútuo, as quais só foram possíveis a partir da vivência educadora e emancipatória das ocupações.

Para tal entendimento sobre as ocupações escolares, foi necessário um vasto levantamento bibliográfico sobre a temática. Sabe-se que alguns materiais começaram a ser publicados durante a confecção deste trabalho. Portanto, este artigo não encontra-se com um carácter definitivo sobre o fenômeno das ocupações.

Entretanto, a partir dos materiais levantados foi possível traçar uma boa leitura dos acontecimentos e suas interpretações. Isto foi alcançado durante a pesquisa por conta da análise textual discursiva. Método este que nos permitiu separar as unidades de significados, e articular as mesmas a partir de uma categorização, devidamente fundamentada no exercício da escrita.

Com tal metodologia, identificou-se uma série de termos utilizados para compreender o fenômeno. Tais termos, devidamente relacionados e contextualizados, levaram-nos a perceber a identidade política predominante nas ocupações escolares, sendo quase unanimidade entre os textos pesquisados. Percebeu-se o corte político libertário entre os jovens estudantes, utilizando-se de tal forma de organização como maneira de reivindicar suas pautas e vislumbrar uma outra estrutura social e política de participação democrática: mais direta e horizontal possível.

READING OF SCHOOL OCCUPATIONS FROM VARIOUS LOOKS

Abstract: In this work, we intend to understand, from various academic / scientific productions, the phenomenon of secondary school occupations in Brazil between 2015 and 2016. Through these various readings, a survey of the categories that are mobilized to explain and / or conceptualize the occupations would be carried out. This work was developed from the methodological process referenced by the Discursive Textual Analysis of Moraes and Galiazzi. As a result, we can perceive the repetition of concepts that demonstrate the creation of a political culture that has a specific identity. Generally reported as a libertarian bias experience.

Keywords: School Occupations. Discursive textual analysis. Libertarian political identity.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexsandro. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 75-95, jan./mar. 2017.

ARONI, Rafael. As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-1126-2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

AZEVEDO, Rafael Sá Rego de. **A ação direta de ocupação das escolas:** as lutas estudantis da América Latina no início do século XXI. Publicado em: 06/11/2016. Disponível em: <<http://porumageografiaanarquista.blogspot.com.br/2016/11/a-acao-direta-de-ocupacao-das-escolas.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BITENCOURT, Lara Machado. **O imaginário escolar pós ocupações secundaristas:** o caso da Emilio Massot – POA/RS. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158358/001021286.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BOUTIN, Aldimara Catarina Delabona Brito; FLACH, Simone de Fátima. O movimento de ocupação de escolas públicas e suas contribuições para a emancipação humana. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 429-446, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/45756/24713>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Escolas de Luta.** São Paulo: Veneta, 2016. p. 352.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Escolas Ocupadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 160.

CHAGAS, Luãn José Vaz. Mediação e diversidade de vozes: a ação das fontes na cobertura do movimento de ocupação nas escolas paranaenses. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 161-177, dez. 2017.

CHAPARINI, Matheus. 24H de reportagem: a última ocupação? In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Escolas Ocupadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 160.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01159.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

COSTA, Luciano Bedin da; SANTOS, Manuella Mattos dos. Espaços virtuais moventes das escolas ocupadas de Porto Alegre: o apoio mútuo como base da inteligência coletiva. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 49-72, jan./mar. 2017.

COUTINHO, Luciana Gageiro; ANDRADE, Claudia Braga de. O que as ocupações nos ensinam sobre a adolescência, o laço social e a educação? **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 48-63, jan./mar. 2017.

FACHINETTO, Rochele Fellini; CHIAPETTI, Camila; CÂMARA, Gabriel Guerra. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Escolas Ocupadas**. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 160.

FERREIRA, Carolina Arruda. Formação a contrapelo: as ocupações estudantis e o exercício da autonomia. In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais Eletrônicos...** São Luís, 2017a. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38_anped_2017_GT14_1117.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

FERREIRA, Sofia Rodrigues. Jovens secundaristas e o exercício democrático nas ocupações escolares de 2016 em Porto Alegre. In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais Eletrônicos...** São Luís, 2017b. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38_anped_2017_GT03_1264.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

FERREIRA, Sofia Rodrigues. **Juventudes secundaristas, educação, cultura e política**: o fenômeno das ocupações de 2016 em Porto Alegre/RS. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2017c. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/P_RS_2e3f7237c8d9a65b65be8485f319f301>. Acesso em: 27 mai. 2018.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. Análise de conjunturas sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.

FONSECA, Isrhael Mendes da et al. Juventude e ativismo: estratégias de ciberativismo em contexto das ocupações de 2016. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES, [2017?], [S. l.]. **Anais Eletrônicos...** [S. l.], [2017?]. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/joinbr/trabalhos/TRABALHO_EV081_MD1_SA70_ID16_15092017180602.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPO, Luís Antonio et al. Ocupações no sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. **Educação Temática Digital**, Capinas, v. 19, n. 1, p. 141-164, jan./mar. 2017.

JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, [S. l.], [2016?]. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

LACERDA, Andressa Elisa. **Autonomia nas escolas**: da formação política às ocupações, em busca de uma educação libertária. 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468197750_ARQUIVO_AUTONOMIANASESCOLASDAFORMACAOPOLITICAASOCUPACOES.EMBUSCADEUMAEDUCACAOLIBERTARIA.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

LEITE, Miriam Soares. No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 23-47, jan./mar. 2017.

MACEDO, Regina Moura de; ESPINDOLA, Neila; RODRIGUES, Allan. “Não é só pelo diploma”: as ocupações das escolas e os processos curriculares. **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 4, p. 1358-1376, out./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/30018/21867>>. Acesso em: 19 out. 2018.

MARAFON, Giovanna. Recusa à judicialização e ao Projeto de Lei “Escola Sem Partido”: análises a partir das ocupações estudantis. **Sisyphus**, Lisboa, v. 5, 2017. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/sisyphus/article/view/10478>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

MARTINS, Elora Pereira; BRANDÃO, Kelly Cipriano Sousa; CAETANO, Pâmela de Fátima Soares. Movimento de ocupações: possibilidade de desenvolvimento e fomentação do senso crítico escolar através do PIBID. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 5., 2017, Uberlândia. **Anais Eletrônicos...** Uberlândia, 2017. Disponível em: <<http://www.aconteceeventos.com.br/Anais%20ENESEB/resumos/PPT-eposter->

[trabaceito-0171-1.pdf](#)>. Acesso em: 27 mai. 2018.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1516-73132006000100009&pid=S1516-73132006000100009&pdf_path=ciedu/v12n1/08.pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MORESCO, Marcielly Cristina. O corpo “fala” politicamente: as performatividades das/nas ocupações secundaristas do Paraná. In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais Eletrônicos...** São Luís, 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38_anped_2017_GT23_940.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2018.

NASCIMENTO, Sthefani Amâncio do; KOWATA, Elisabete Tomomi. Relato das ocupações das escolas estaduais de Goiânia: numa perspectiva acadêmica. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO E EXTENSÃO DO CCSEH, 2016, Anápolis. **Anais...** Anápolis, 2016. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/sepe/article/view/7585/5074>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. Escolas de luta: cenas de política e educação. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 3-25, 2017.

PAIM, Bruna Bergamo; CÁCERES, Sabrina; BRIGNOL, Liliâne Dutra. Ocupações em Santa Maria: uma roda de conversa sobre mídia com os ocupantes secundaristas. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18., 2017, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos...** Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0641-1.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

RICO, Omar Alejandro Sánchez. **Comunicação midiática e consumo de afetos:** narrativas sobre protestos e ocupações contra a Reorganização Escolar em São Paulo. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo). Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Pósgraduação em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://tede2.espm.br/handle/tede/240>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquiso na internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 93-110, Mai./Ago. 2017a. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2697>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. Novos letramentos e ativismo: aprendizagens formal e informal nas ocupações de escolas em São Paulo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 14, n. 26, 2017b. Disponível em: <<https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/922>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SORDI, Denise N. de; MORAIS, Sérgio Paulo. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. **Religación**, Quito, v. 1, n. 2, Jun. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Ecuador/rgn/20160801051928/de_sordi_morais.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2018.

VAZ, Luiza; HAUPTMANN, Claudemir. Ocupações escolares: o discurso do poder jornalístico. **Revista Advérbio**, [S. l.], v. 12, n. 25, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.adverbio.fag.edu.br/ojs3/index.php/ojs3/article/view/178>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

ZACCARELLI, Christina de Toledo. **Ocupar, resistir e conquistar!:** as ocupações secundaristas de 2015 e possíveis efeitos de sentido. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-graduação em Linguagens, Mídia e Arte, Campinas, 2018. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puccampinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1106>>. Acesso em: 27 mai. 2018.